



INJUSTIÇA AMBIENTAL E OBRAS DA COP 30: UMA ANÁLISE DAS CONTRADIÇÕES NAS OBRAS DA NOVA DOCA E NOVA TAMANDARÉ

Ligiane Leandra Campos Natividade¹
Antônio de Pádua de Mesquita dos Santos Brasil²

RESUMO

Parte das injustiças ambientais que acometem a população de Belém como os alagamentos, estão ligados à gestão das bacias ou canais urbanos da cidade. No contexto da COP 30, esses canais ganham destaque, a exemplo dos canais da Doca de Souza Franco e da Tamandaré, localizados no centro da cidade, que receberam vultosos investimentos que preveem a criação de parques lineares e despoluição desses igarapés. Partindo do exposto, adotou-se o seguinte objetivo para este trabalho: analisar em que medida as obras destinadas a COP 30, especialmente as voltadas às bacias urbanas ou canais de drenagem criam ou reforçam direta ou indiretamente a injustiça ambiental. Adotando-se a abordagem qualitativa e técnicas de pesquisa como levantamento bibliográfico, análise documental e trabalhos de campo, chegou-se à conclusão que a implantação dessas obras ocorre de forma arbitrária, ora expulsando a população ora destinando seus entulhos para outras partes da cidade. Verifica-se também que outras partes da cidade não recebem a mesma atenção do poder público, estando a população sujeita aos constantes alagamentos e problemas de saneamento básico.

Palavras-chave: Obras da COP 30; Nova Doca e Nova Tamandaré; Injustiça Ambiental;

ABSTRACT

Some of the environmental injustices that affect the population of Belém, such as flooding, are linked to the management of the city's urban basins or canals. In the context of COP 30, these channels gain prominence, such as the Doca de Souza Franco and Tamandaré channels, located in the city center, which received substantial investments that foresee the creation of linear parks and the decontamination of these streams. Based on the above, the following objective was adopted for this work: analyze to what extent the works destined for COP 30, especially those aimed at urban basins or drainage channels, directly or indirectly create or reinforce environmental injustice. By adopting a qualitative approach and research techniques such as bibliographical survey, documentary analysis and fieldwork, it was concluded that the implementation of these works occurs in an arbitrary manner, sometimes expelling the population and sometimes sending their rubble to other parts of the city. It is also clear that other parts of the city do not receive the same attention from the government, with the population subject to constant flooding and basic sanitation problems.

Keywords: COP 30 works; New Dock and New Tamandaré; Environmental Injustice;

INTRODUÇÃO

¹ Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade do Estado do Pará - PPGG. Bolsista Capes - PA, ligianenatividade7@gmail.com;

² Doutor em Geografia, professor do Programa de pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará - PA, antoniobrasil@uepa.br.



A cidade de Belém, no estado do Pará, está recebendo uma série de obras de melhoramentos urbanos destinadas à realização da Cúpula Climática da Organização das Nações Unidas, COP 30, que será realizada em novembro de 2025. Nesse contexto, ganham destaque obras como a construção de viadutos, duplicação de avenidas, os projetos da Nova Doca e Nova Tamandaré, dentre outras. Apesar de o evento pregar um discurso de cuidado com o meio ambiente, não é o que se verifica na implantação dessas obras, pois em alguns casos o que menos se leva em consideração são os impactos advindos desses empreendimentos. Desse modo, muitas dessas obras seguem o padrão da implantação de infraestrutura para os megaeventos esportivos no Rio de Janeiro como bem denota Fari (2013) ora expulsando os moradores ora erradicando as favelas. Pensando a cidade de Belém nesse contexto de melhoramentos urbanos para a conferência climática é importante fazer o seguinte questionamento: em que medida as obras destinadas a COP 30, especialmente as voltadas às bacias urbanas ou canais de drenagem criam ou reforçam direta ou indiretamente a injustiça ambiental?

A injustiça ambiental segundo Acselrad, Herculano e Pádua (2004) ocorre quando as cargas dos danos ambientais decorrentes do desenvolvimento são destinadas desproporcionalmente a parcelas sociais mais vulnerabilizadas como grupo de trabalhadores, populações de baixa renda, segmentos raciais discriminados, dentre outros. São mecanismos sociopolíticos que destinam a maior carga desses danos a essas populações. Ainda conforme os referidos autores, a produção dessas injustiças ambientais tem atuação direta do estado em seus diversos níveis de poder, seja através da implantação de políticas públicas bem como através de sua omissão.

Pensar as problemáticas que se colocam para Belém em uma perspectiva da injustiça ambiental é de fundamental importância pois: primeiro porque a cidade está sendo preparada para receber um evento global sobre meio ambiente e mudanças climáticas, então é de fundamental importância refletir sobre as contradições desse evento que prega um discurso de sustentabilidade; segundo porque Belém historicamente sofre com injustiça ambiental decorrente do seu processo de urbanização que dentre os fatores não leva em conta suas características hídricas e geomorfológicas. Considerando esses motivos que justificam a importância da análise através do prisma da injustiça ambiental, coloca-se como objetivo central para esta pesquisa analisar em que medida as obras da COP 30, especialmente as voltadas às bacias urbanas ou canais de drenagem criam ou ratificam situações de injustiça ambiental. Como objetivos auxiliares busca-se levantar as contradições desencadeadas na implantação dessas obras, identificar os principais beneficiados desses melhoramentos urbanos



e verificar como o caráter central dessas obras criam ou reforçam direta ou indiretamente situações de injustiça ambiental em áreas não centralizadas.

Através de levantamento bibliográfico, análise documental e trabalhos de campo, observa-se que na tentativa de embelezar a cidade para receber o grande evento, o estado aloca grandes investimentos na área central e em contrapartida se omite de fazer os investimentos necessários nas áreas mais afastadas, ratificando assim quadros de injustiças sofridos pela população mais pobre.

METODOLOGIA

Para esta pesquisa, adota-se a abordagem qualitativa, já que, esta metodologia dá conta de um universo de significados que estão para além da quantificação e prova de fatos (SILVEIRA; CÓRDOVA, 2009). Como técnicas de pesquisa adotou-se o levantamento bibliográfico, análise documental e trabalhos de campo. O levantamento bibliográfico visou a revisão de obras que tratam do tema da injustiça ambiental (ACSELRAD; HERCULANO; PÁDUA, 2004; MARTINEZ ALIER, 2011; PORTO, 2013), rios urbanos de Belém e programas de macrodrenagem (ABELÉM, 2018; ROLIM, 2020) e algumas outras bibliografias complementares (MARICATO, 1996; FARI, 2013; CORRÊA, 1995). A análise documental baseou-se principalmente em sites de notícias a respeito das obras da COP 30. Por fim, os trabalhos de campo foram realizados nas áreas da Nova Doca e da Nova Tamandaré para a observação e levantamento fotográfico.

REFERENCIAL TEÓRICO

Entendendo o conceito de Injustiça Ambiental

A injustiça ambiental segundo Acselrad, Herculano e Pádua (2004) ocorre quando as cargas dos danos ambientais decorrentes do desenvolvimento são destinadas desproporcionalmente às parcelas mais vulnerabilizadas da sociedade como segmentos raciais discriminados, grupos de trabalhadores, populações de baixa renda, dentre outros. Esse termo surge mais precisamente na década de 1980, nos Estados Unidos para designar as situações de imposição de rejeitos tóxicos às populações de cor. Primeiramente, esse termo surge para denunciar a situação de racismo ambiental a que as populações de cor estavam submetidas



(MARTINEZ ALIER, 2011). Atualmente, o termo vai além do elemento racial, abrangendo as diversas minorias (ou maiorias?) como grupo de trabalhadores urbanos, grupos tradicionais como os quilombolas e extrativistas, dentre outros.

Explicado o surgimento do termo, destaca-se os mecanismos que produzem essas injustiças. Segundo Acsehrad, Herculano e Pádua (2004), são mecanismos sociopolíticos que destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento à essas parcelas da sociedade. Desse modo, os referidos autores afirmam que as dinâmicas econômicas e a reestruturação produtiva destinam a maior carga dos danos ambientais, a esses segmentos menos favorecido economicamente e organizados politicamente. Além da dinâmica econômica, o Estado atua direta ou indiretamente na produção dessas injustiças, seja através da execução de políticas e programas nos diversos níveis de poder (federal, estadual, municipal ou tribais), bem como resultantes da ausência ou omissão dessas políticas tanto no campo como na cidade.

Além dos mecanismos sociopolíticos, acrescenta-se aqui os mecanismos socioespaciais no caso do espaço urbano, objeto de estudo desta pesquisa. Nas cidades, as injustiças e conflitos ambientais estão ligados à intensa urbanização e industrialização no caso do Brasil, aliadas à precariedade das políticas e dos serviços públicos, como a falta de saneamento, de moradia, dentre outros serviços (PORTO, 2013). No espaço urbano, esses conflitos são marcados pela formação das periferias que concentram vários riscos ambientais.

Pensar as injustiças ambientais no espaço urbano, pressupõe considerar o confronto entre a especulação imobiliária e o direito à moradia das camadas mais populares (PORTO, 2013). Segundo Maricato (1996) a exclusão da população pobre dos mecanismos formais do mercado imobiliário tem sua expressão mais concreta na segregação ambiental, configurando no espaço áreas de concentração de pobreza, à semelhança dos guetos, causando assim o apartheid ambiental. Segundo a referida autora, essas áreas desinteressantes ao mercado que acabam sendo o destino da população pobre são as áreas de encostas íngremes, beiras de córregos, áreas de mangues e áreas de proteção ambiental. Nessas áreas a população está sujeita aos deslizamentos, alagamentos e outros riscos ambientais. Além dos riscos a que a população está exposta, há nesses espaços grande precariedade de serviços básicos como saneamento básico e transporte público.

Considerando a cidade de Belém no estado do Pará, muitos são os exemplos de injustiça ambiental sofridos pela população a exemplo da grande precariedade do saneamento básico (TRATA BRASIL, 2025) e falta do abastecimento de água (BORDALO, 2022), cabe destaque neste trabalho, as problemáticas e injustiças ambientais nas bacias urbanas da cidade. As



problemáticas nas bacias urbanas estão ligadas ao processo de urbanização e políticas de macrodrenagem na área. Foram nas áreas de planície de inundação de bacias urbanas que a população mais pobre estabeleceu suas moradias, formando as baixadas, áreas de aglomerados subnormais da cidade. Por outro lado, os programas de macrodrenagem alteraram a forma natural dos rios desconsiderando os aspectos ambientais, sem contar que muitas dessas obras acabaram piorando a situação dos alagamentos na cidade como veremos neste trabalho.

O Contexto de contradições e injustiça ambiental em Belém: um olhar a partir das bacias urbanas e projetos de macrodrenagem

Parte das injustiças ambientais que acometem a população mais pobre de Belém está relacionada às bacias urbanas e sua gestão. A cidade possui em sua parte continental 14 bacias urbanas, sendo: 1) Reduto; 2) Tamandaré; 3) Estrada Nova; 4) Tucunduba; 5) Una; 6) Murucutum; 7) Aurá; 8) Val-de-cães; 9) Mata Fome; 10) Ariri; 11) Anani; 12) Cajé; 13) Paracuri e 14) Outeiro (CODEM, 2014).

As bacias da Estrada Nova e do Tucunduba, localizadas no extremo sul de Belém, são as que possuem maior densidade demográfica, entre 154 e 206 mil habitantes por hectare. A bacia do Una, da Tamandaré, do Reduto e do Cajé vêm em seguida, com densidade demográfica aproximada entre 78 e 154 mil habitantes por hectare. A bacia do Una é a maior em extensão territorial. As bacias de Val-de-cães, Mata Fome, Paracuri e Ariri possuem densidade entre 43 e 78 mil habitantes por área. Já as bacias com menor densidade demográfica são Murucutum, Anani e Outeiro, entre 13 e 43 mil habitantes por hectare e a bacia do Aurá com a menor densidade entre 5 e 13 mil habitantes por hectare. As bacias de Murucutum e Aurá são as que apresentam maior índice de áreas florestadas, haja vista que ambas abrigam áreas de proteção ambiental do Parque estadual do Utinga e áreas de proteção dos Lagos Bolonha e Água Preta, no caso da primeira bacia e do parque da REVIS Metrópole da Amazônia, na segunda bacia. A segunda bacia hidrográfica do Aurá também abriga o lixão do Aurá (ROLIM, 2020).

A cidade de Belém tem intensa relação com o recurso hídrico, pois sua fundação e urbanização sofreram influência do rio e do oceano. O crescimento da cidade é dividido em três fases, a saber: fase ribeirinha, que demarca a fundação da cidade em 1616 até meados do século XVIII, onde a cidade cresceu à beira do rio; fase de penetração, passando a se interiorizar e; fase de continentalização, a partir da segunda metade do século XIX, onde passa a sofrer maior influência do continente, diminuindo a influência fluvial (ABELÉM, 2018).



A presença do elemento hídrico levou a ocupação da cidade a ser feita nos terrenos mais altos, deixando as áreas de terrenos alagados ou alagáveis desocupadas. Com o aumento vegetativo da população e a intensificação do movimento migratório, os terrenos alagados e alagáveis da cidade passam a ser uma opção de moradia para a população pobre. É nas planícies de inundação das bacias que vão se estabelecer as baixadas, áreas de aglomerados subnormais que vão se transformando em enormes favelas. As baixadas tornaram-se uma “opção” para o pobre que devido aos custos do transporte, preferia morar pior, mas perto do seu local de trabalho (ABELÉM, 2018).

Sobre as baixadas, Abelém (2018, p. 50) alega que:

são terrenos sem qualquer infraestrutura física, geralmente pertencente à prefeitura (78%) ou a particulares (15%) (CONVÊNIO, 1976, p. 55), e que, com o passar dos anos, foram sendo invadidos por pessoas de baixa renda em busca de lugar para morar, aí encontrando sua alternativa mais viável. Passaram então a ser ocupados principalmente por casebres de madeira, cujo acesso é possível graças a pontes de madeira (estivas) construídas por seus moradores.

Com o crescimento da cidade, as áreas alagadas e alagáveis que antes eram desprezadas pelo mercado imobiliário, começam a ser focos de providências por parte do poder público. “Inicia-se uma preocupação como as “condições de vida” desse tipo de população, com o saneamento da área” (ABELÉM, 2018 p. 51). A partir dessa “preocupação” é que começam os programas de recuperação de baixadas ou programas de macrodrenagem.

Dentre os programas de macrodrenagem, destaca-se o Programa de Macrodrenagem da Bacia do Una (PMU) desenvolvido em parceria pelos governos federal, estadual e municipal, com financiamento do Banco Interamericano do Desenvolvimento e Fundo Monetário Internacional. Este programa foi implementado ao longo das décadas de 1980, 1990 e 2000. Foram realizadas a canalização e retificação dos cursos d’água, construção de galerias e realocação de moradias em áreas de risco para conjuntos de programas habitacionais (COSTA et al, 2020). Segundo Abelém (2018) as remoções resultantes desse programa causaram diversos impactos na vida dos moradores, tais como aumento nas despesas de transporte, alimentação e gastos com parcelas das moradias. Cabe ressaltar que os conjuntos que receberam a população removida contavam com pouca infraestrutura. O trabalho de Soares e Cruz (2019) resalta os efeitos adversos sentidos pelos moradores da Associação Nova Aliança, área próxima ao canal São Joaquim e que foi excluída do conjunto de obras do Projeto Una.

Com as obras de macrodrenagem próximas e aterramento dos pequenos igarapés, a área virou uma 'fossa a céu aberto'

Outro programa de macrodrenagem é o Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN), elaborado para a Bacia da Estrada Nova. O programa está sendo executado pela prefeitura de Belém com recursos do Banco Interamericano do Desenvolvimento. O planejamento foi realizado em 1998, mas a execução da primeira fase só iniciou em 2008. O programa ainda não foi concluído como um todo (COSTA et al, 2020).

Para além dos programas de macrodrenagem, os rios urbanos de Belém estão sujeitos a intervenções desde o contexto da fundação da cidade, a exemplo das bacias do Reduto e da Tamandaré. A bacia do Reduto sofre intervenções que datam do período da Belle Époque de Belém, que resultaram na retificação e canalização da Doca de Souza Franco e Doca do Reduto. A Bacia da Tamandaré, por sua vez, sofreu intervenções que culminaram no progressivo aterramento do Lago Piri, entre os séculos XVI e XIX, resultando na canalização do Canal da Tamandaré (COSTA et al, 2020).

A Bacia do Tucunduba também é alvo de programa de macrodrenagem, tal como o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba, desenvolvido pelo governo do estado que tem como objetivo central, construir uma estrutura de coleta e tratamento de esgoto. Apesar das obras que vem sendo desenvolvidas, os problemas com alagamentos são constantes no Canal da Mauriti. O canal da Mauriti localizado na avenida de mesmo nome, integra a bacia do Tucunduba e durante as fortes chuvas, os alagamentos comprometem o ir e vir das pessoas, além de esporem a doenças de veiculação hídrica (COSTA et al, 2020).

O que essas intervenções nas bacias urbanas têm em comum é a produção de contradições socioespaciais e injustiça ambiental. Nos projetos de macrodrenagem propostos, a remoção e realocação da população mais pobre foi a regra. Cabe ressaltar que essas obras de macrodrenagem não foram eficazes para evitar os alagamentos em alguns pontos da cidade, sem falar na demora que levaram para serem concluídas.

Para além dos efeitos socioespaciais que atingem a população, essas intervenções causam diversas injustiças ambientais aos rios urbanos. O primeiro aspecto a se considerar é a modificação da morfologia dos rios urbanos. 'O resultado das intervenções antrópicas gerou transformações no padrão dos canais fluviais, onde estes se tornaram artificializados' (DIAS; CUNHA, 2017). O seu padrão meandrante é substituído pela forma retilínea, enquanto no aspecto transversal, há a diminuição das margens, além da supressão da vegetação ciliar (COSTA et al, 2020).



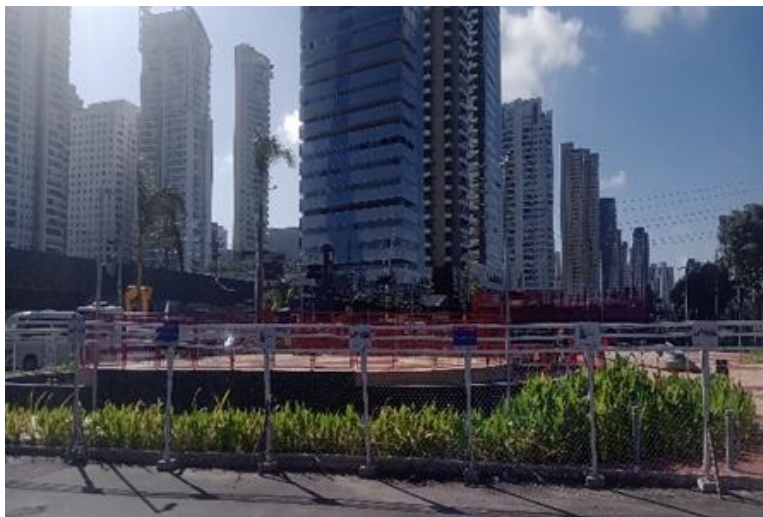
Considerando que o esgoto é despejado sem nenhum tratamento nos canais da cidade, há a gradativa morte da biodiversidade, transformando esses ecossistemas em verdadeiras zonas de sacrifício. O rio passa a ter a função de coleta de esgoto, passando a se constituir em habitat propício para espécies de animais vetores de zoonoses, como os roedores (COSTA et al, 2020). Os cursos d'água que um dia foram rios comuns, que chegaram a ter usos como balneários, práticas de atividades pesqueiras e mobilidade, hoje canalizados, são vistos pela população como problema urbano.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Belém no estado do Pará, com o objetivo de sediar a conferência do clima, COP 30, recebe uma série de obras de infraestrutura, tais como abertura de novas vias, duplicação de avenidas e construção de viadutos. No conjunto de obras, destacam-se as voltadas para um projeto de cidade resiliente, tais como o Parque Linear da Doca e o Parque Linear da Tamandaré. As cidades resilientes segundo a ONU, são aquelas capazes de resistir, absorver, adaptar-se e recuperar-se de forma eficiente dos efeitos de desastres e choques, naturais ou causados pelo homem, com o objetivo de prevenir perdas de vida e bens de maneira organizada.

As obras da Nova Doca, localizada na avenida na Doca de Souza Franco, é um projeto com o objetivo de revitalização e urbanização do canal da Avenida Visconde de Souza Franco. Segundo o site G1, a obra está orçada em R\$311 milhões, sendo financiada pela Itaipu Binacional em convênio com a Secretaria de Estado de Obras Públicas (SEOP). O projeto prevê a criação de um parque linear, que pretende entregar mais qualidade de vida para os moradores da cidade. A estrutura prevista para o parque linear prevê a construção passarela metálica com mirante, quiosques, jardins de chuva, área para piqueniques, espaço para eventos, espaço pet, playground, urbanização viária e academia ao ar livre. As obras também incluem mais de 2.400 metros de novo asfaltamento na Avenida Visconde de Souza Franco, construção do novo sistema de drenagem de chuva e rede de esgoto sanitário, ciclovia, sistema de energia limpa e substituição de seis comportas para o controle de água de maré. Atualmente, 80% da obra já foi concluída e sua finalização está prevista para o início de 2026.

Figura 01 - Obra parcialmente concluída da Nova Doca



Fonte: Natividade, 2025

Figura 02 - Passarela da Nova Doca



Fonte: Natividade, 2025

Uma primeira problemática advinda desta obra, é a remoção de parte da população da área para dar espaço às diversas obras que são executadas, semelhante ao ocorrido nas primeiras intervenções no canal no século passado. Outra problemática relacionada a esse empreendimento é a destinação dos entulhos gerados na obra para a comunidade da Vila da Barca, vizinha ao bairro Umarizal. Vale ainda ressaltar está mesma comunidade vem sendo cogitada como local para a construção de uma estação elevatória de esgoto, para tratar os efluentes gerados no bairro onde está localizado o Parque Linear da Doca. A comunidade da Vila da Barca tem até hoje boa parte de sua população vivendo sobre palafitas, padecendo com diversas injustiças como a falta de água potável e saneamento básico. Com a tentativa de

destinação do esgoto da Nova Doca para essa comunidade, percebe-se a tentativa de destinação dos danos ambientais aos grupos mais vulneráveis economicamente e menos organizados politicamente, configurando um caso de injustiça ambiental (ACSELRAD; HERCULANO; PÁDUA, 2004).

A Nova Tamandaré, por sua vez, é um projeto de revitalização da avenida de mesmo nome e do entorno do canal. Segundo o site G1, a obra inclui a criação de um parque linear ao longo do canal, com áreas de passeio, jardins, ciclovias e espaços para a prática de esportes e lazer, obras de saneamento, obras de melhoria da mobilidade e obras de controle de enchentes. A obra também inclui a construção de um novo terminal hidroviário, que será uma alternativa de acesso às ilhas de Belém, principalmente à ilha do Combú, importante destino de lazer na capital. Na execução dessas obras, verifica-se casos de remoção de parte da população e estabelecimentos comerciais antigos do local.

Figura 03 - Quadra concluída da Nova Tamandaré



Fonte: Brasil, 2025

Figura 04 - Quadra não concluída da Nova Tamandaré



Fonte: Brasil, 2025



Apesar do discurso de que essas obras irão trazer uma melhor qualidade de vida aos moradores de Belém, verifica-se que a implantação delas não ocorre de forma sustentável, se assemelhando ao padrão de implantação de infraestrutura para os megaeventos esportivos como ocorreu no Rio de Janeiro para receber a copa do mundo de 2014 e os jogos olímpicos de 2016, como bem denota Fari (2013), expulsando os moradores e erradicando as favelas. Tais obras, servem mais para o embelezamento da área central da cidade. As remoções ocorridas para implantação dos parques lineares, ainda que em menor escala, repetem o mesmo processo de expulsão já verificado na área da Doca de Souza Franco com as primeiras intervenções voltadas ao saneamento (TRINDADE JN., 1998). Outro ponto a ser questionado, é em que medida realmente essas obras beneficiarão os moradores de toda cidade de Belém ou se somente os segmentos da sociedade mais abastada economicamente. Cabe ainda o questionamento de como esses parques lineares influenciarão na valorização do solo, favorecendo os agentes imobiliários e até mesmo causando uma nova onda de expulsões do centro da cidade.

Enquanto o centro da cidade passa por obras de embelezamento e revitalização dos canais urbanos, o projeto de cidade resiliente pensada no contexto da COP 30, não é direcionado para a periferia, onde a população mais padece com diversas injustiças como a falta de saneamento básico, falta de abastecimento de água, alagamentos, dentre outros problemas. Nesse contexto, ganhou destaque na internet o protesto dos moradores da Travessa Estrela, via localizada no bairro da Pedreira, no qual através de uma faixa com o nome ``Balneário COP 30`` chamavam a atenção para os recorrentes alagamentos. A área não é alvo de intervenções por parte do poder público e quando chove os moradores padecem com os alagamentos. As denúncias dos alagamentos na área são recorrentes nos noticiários locais.

Outras áreas da cidade que também padecem com diversas injustiças, relacionadas aos alagamentos e falta de saneamento básico, são as áreas dos canais. Cabe ressaltar que as bacias de Val-de-Cães, Mata Fome, Cajé, Paracuri, Outeiro, Anani e Ariri ainda não foram alvos de intervenção na escala da bacia hidrográfica como unidade de planejamento (COSTA et al, 2020). A microbacia do Ariri, pertencente aos municípios de Belém e Ananindeua, está localizada em dois eixos que passaram por intenso processo de expansão urbana, a avenida Augusto Montenegro e a BR 101 respectivamente. O resultado foi a ocupação das margens por aglomerados subnormais que não foram acompanhados de provisão de infraestrutura pelo poder público (GONÇALVES; PONTE, 2019). No trecho da bacia que corta o bairro Cabanagem em Belém, os moradores do canal convivem com diversas problemáticas advindas da falta de macrodrenagem e saneamento básico. O resultado, são os constantes alagamentos

no período chuvoso que afetam o ir e vir dos moradores, além da exposição às doenças de veiculação hídrica e perdas materiais. Outra área que convive com problemas semelhantes ao da bacia do Ariri, é a bacia do Mata Fome que também não é alvo de obras de macrodrenagem.

Figura 05 - Área da bacia do rio Ariri sem saneamento



Fonte: Natividade, 2024.

O caso dos moradores da comunidade da Vila da Barca, como já citado, merece destaque entre uma das áreas que mais padecem de injustiça ambiental e social na cidade de Belém. Apesar de a comunidade ter ganhado destaque no contexto da COP 30, pelo projeto de construção de uma estação elevatória de esgoto na área para tratar o esgoto da Doca de Souza Franco, não é de hoje que ela enfrenta diversas problemáticas. A comunidade que tem boa parte de suas moradias sobre palafitas, convive com a falta de saneamento básico e falta de água. No entanto, não há investimentos em políticas públicas visando sanar as problemáticas desses moradores. Ao contrário, no contexto de preparação da cidade para receber o evento do clima, tem-se a tentativa de intensificação dessas problemáticas quando se tenta direcionar o esgoto da área nobre para a comunidade. Os moradores da Vila da Barca reclamam que a área destinada para a construção da estação elevatória de tratamento de esgoto poderia atender às demandas da comunidade com a construção de uma creche.

As obras destinadas ao melhoramento da cidade para receber a COP 30, não contemplam a periferia e seus moradores, reforçando a posição do Estado enquanto um agente de produção do espaço que segundo Corrêa (1995) tende a privilegiar o interesse dos segmentos das classes dominantes que estão no poder. Sua atuação visa criar condições para a reprodução da sociedade capitalista. Desse modo, verifica-se que à medida que há investimento na área central, há uma supervalorização desse espaço, beneficiando as classes mais abastadas. Por

outro lado, à medida que o estado se omite de investir nas áreas periféricas, há uma intensificação das injustiças sofridas pelos moradores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parte das injustiças ambientais que a população de Belém vivencia tais como os alagamentos está ligada a gestão das bacias urbanas. Essas problemáticas estão ligadas a falta de políticas públicas em algumas delas ou até mesmo à sua ineficiência em sanar os alagamentos onde foram realizadas. No contexto da COP 30, os canais urbanos ganham destaque e passam a receber investimentos públicos e privados, tendo como objetivo melhorar a infraestrutura da cidade para receber o evento e 'proporcionar mais qualidade de vida aos moradores'. Nesse contexto, destacam-se os canais da Doca de Souza Franco e da Avenida Tamandaré que receberam vultosos investimentos que preveem a criação de parques lineares e despoluição dos canais. No entanto, essas obras vêm sendo implantadas de forma arbitrária, se assemelhando à implantação de infraestrutura para megaeventos esportivos. Os impactos nas obras da Nova Doca e Nova Tamandaré já são sentidos desde o início, a exemplo da remoção da população, da tentativa de construção arbitrária de uma estação elevatória de esgoto em comunidade vizinha (Vila da Barca) para tratar o esgoto da área, além dos entulhos que são despejados na mesma comunidade. Há de se ressaltar que enquanto houve um expressivo investimento nos canais citados, não há ações do poder público visando sanar problemáticas em outras áreas da cidade, a exemplo da bacia do rio Ariri, onde os alagamentos são recorrentes, na comunidade da Vila da Barca que convive com a falta de abastecimento de água potável ou na área da Travessa Estrela que convive com os constantes alagamentos. Verifica-se que na tentativa de "construção de uma cidade sustentável" está seguindo um caminho inverso que só reforça a construção do projeto de cidade capitalista, onde as contradições no espaço são latentes. Para além dessas problemáticas que se nota na cidade, há de ressaltar a falta de transparência a respeito de licitações e dos investimentos feitos nas obras, o que facilita situações de superfaturamento e corrupção. Como se pode notar, os efeitos contraditórios dessas obras já são visíveis no espaço, resta saber quais outras problemáticas serão criadas a longo prazo.

REFERÊNCIAS

ABELÉM, Auriléa Gomes. **Urbanização e Remoção: por que e para quem?** 2. ed - Belém: NAEA, 2018.

ACSELRAD, Henri. HERCULANO, Selene. PÁDUA, José Augusto. A justiça Ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil. In: ACSELRAD, H. HERCULANO, S. PÁDUA, J. A. **Justiça ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

AVENIDA Tamandaré é interditada para obras do parque linear em Belém. G1 Pará. Disponível em <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/08/07/avenida-tamandare-e-interditada-para-obras-do-parque-linear-em-belem.ghtml>. Acesso em 19 de junho de 2025.

BELÉM e os desafios do saneamento básico. Trata Brasil: saneamento e saúde. Disponível em <https://bkp-trata.aideia.com/tratabrasil.org.br/en/institucional-blog/belem-e-os-desafios-do-saneamento-basico.html> . Acesso em 2 de junho de 2025.

BORDALO, Carlos Alexandre Leão. Pelo direito humano ao acesso à água potável na região das águas: uma análise da exclusão e do déficit dos serviços de abastecimento de água potável à população da Amazônia brasileira. **Novos Cadernos NAEA**. V. 25, n.1, p. 261-284, jan-abr 2022.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 3º ed. São Paulo: Ática, 1995.

COSTA, Francisco Emerson Vale; et al. A complexidade dos rios urbanos nas cidades amazônicas: o caso de Belém/PA. In: RIBEIRO, Willame de Oliveira; BRASIL, Antônio de Pádua de Mesquita dos Santos; COSTA, Francisco Emerson Vale (orgs). **Cidades Amazônicas: formas, processos e dinâmicas recentes na região de influência de Belém**. Belém: EDUEPA, 2020.

DIAS, Luisa Schneider Moreira; CUNHA, Sandra Baptista da Cunha. Alterações temporo-espaciais em canais fluviais urbanos (1908-2012): O caso da sub-bacia do canal do Cunha (RJ). In: PERES FILHO, Archimedes; AMORIM, Raul Reis. (Orgs) **Os desafios da geografia física na fronteira do conhecimento**. Campinas: Instituto de Geociências - UNICAMP, 2017.



FARI, Teresa de Jesus Peixoto. Políticas Públicas e injustiça socioespacial nas favelas do Rio de Janeiro, no contexto da organização dos mega-eventos esportivos. In: XV Enanpur, 2013, Recife. **Anais** do X Encontro Nacional da Associação de Pós-graduação em Planejamento Urbano, 2013.

GONÇALVES, Glauciene. PONTE, Juliano. Estudo de Estratégias Urbanísticas e Ambientais para Drenagem Urbana na Bacia do Ariri. In: II SIMPÓSIO NACIONAL DE GESTÃO E ENGENHARIA URBANA: SINGEUB, 2019, São Paulo. **Anais...** Porto Alegre: ANTAC, 2019.

MARTÍNEZ ALIER, Juan. **O ecologismo dos pobres:** conflitos ambientais e linguagens de valoração. [tradutor Maurício Waldman]. - 1. ed., 2 reimpressão - São Paulo: Contexto, 2011.

MARICATO, Ermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo:** ilegalidade, desigualdade e violência. Estudos Urbanos. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

NOVA Doca: planejada para a COP 30, obra no centro de Belém prevê passarela com mirante, quiosques e playground. G1 Pará. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2024/05/07/nova-doca-planejada-para-a-cop-30-obra-no-centro-de-belem-preve-passarela-com-mirante-quiocques-e-playground.ghtml>. Acesso em 19 de junho de 2025.

PORTO, Marcelo Firpo. Injustiça Ambiental no campo e nas cidades: do agronegócio químico-dependente às zonas de sacrifício urbanas. In: PORTO, Marcelo Firpo; PACHECO, Tania; LEROY, Jean Pierre (org). **Injustiça Ambiental e saúde no Brasil:** o mapa dos conflitos. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

ROLIM, Mayara Rayssa da Silva. Renaturalização da cidade na Amazônia: diagnóstico de viabilidade e elaboração do projeto de intervenção jurídico-institucional para os rios urbanos de Belém. 144 F. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia). Universidade Federal do Pará. Belém, 2020.

SILVEIRA, D. T; CORDOVA, F. P. A Pesquisa científica. In: GERHARDT, T. E; SILVEIRA, D. T. (Orgs). **Métodos de Pesquisa.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.



SOARES, Pedro Paulo de Miranda Araújo; CRUZ, Sandra Helena Ribeiro. A ecologia política das inundações urbanas na Bacia do Una em Belém. **Revista Emancipação**. Ponta Grossa, PR. V, 19 (1), p. 1 – 15, e10947, 2019.

TEIXEIRA, Lucas Borges. Obra de saneamento para a COP 30 exclui comunidade de palafitas em Belém. Uol. Disponível em <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2025/06/17/obra-cop-belem-esgoto-vila-da-barca-protestos-comunidade-palafitas.htm>. Acesso em 25 de junho de 2025.